



MEMÓRIAS DO PAF/MOBRAL: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DE FONTES ORAIS

Jailson Costa da Silva

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Linha de pesquisa: História e Política da Educação. Membro do Grupo de Pesquisa MULTIEJA. E-mail: jailsonsandes2009@bol.com.br

Marinaide Lima de Queiroz Freitas

Professora da Graduação em Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação Brasileira – CEDU/UFAL. Líder do grupo de pesquisa MULTIEJA. E-mail: naide12@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RESUMO

Este texto utiliza um *corpus* do Banco de Dados do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização (NEPEAL) do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que originou uma pesquisa denominada *O MOBRAL no Sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas* (2011-2012), com o foco no Programa de Alfabetização Funcional (PAF), tendo como *locusa* cidade de Santana do Ipanema, situada no sertão do Estado de Alagoas - Brasil. A investigação partiu de um contexto mais amplo, que diz respeito ao Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA, articulando-se em rede, na interlocução de pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), através do Programa PROCAD/Casadinho (CNPq/CAPES). Nestes escritos objetivamos apresentar as narrativas memorialísticas dos sertanejos, partícipes das ações do PAF/MOBRAL, no período de 1970 a 1985. A produção dos dados surgiu das narrativas advindas de entrevistas semiestruturadas, tomando como base a abordagem qualitativa da história oral, a partir dos postulados teóricos de Alberti (2008), Pollak (1989) e Portelli (1997; 2010). As análises realizadas apontaram para a relevância das ações alfabetizadoras do PAF/MOBRAL, na vida dos sertanejos, independentemente de terem ou não continuado os estudos, uma vez que os sujeitos entrevistados reconhecem o referido Movimento como a única oportunidade de alfabetização de jovens, adultos e idosos sertanejos, em um contexto histórico marcado pela negação de direitos.

Palavras-chave: História oral; Memória; Alfabetização; Sertão alagoano

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Este texto utiliza um *corpus* do Banco de Dados do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização (NEPEAL) do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), advindo de pesquisa realizada no período 2011-2012. Tal investigação focalizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL),¹ especificamente o Programa de Alfabetização Funcional (PAF),² após mais de quatro décadas, no sertão alagoano, gerando a dissertação: *O MOBRAL no Sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas*.

Integra, ainda, um contexto mais amplo, que diz respeito aos Centros de Referência e Memória de EJA, e sua continuidade, em formação de doutorado, articulando-se em rede, na interlocução de pesquisadores da UFAL e UERJ, por meio do Programa Capes PROCAD/Casadinho. Os Centros de Referência e Memória constituíram-se como política pública da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC),³ nos anos 2008-2010, acolhidos como tais, a partir de projeto submetido àquela Secretaria por pesquisadores da UERJ.

Durante a vigência da SECAD, muitas ações foram desenvolvidas e financiadas em núcleos de universidades desejosos de recuperarem a memória dispersa de ações populares e de EJA, em todo o país. Recuperar a memória constituía, assim, o primeiro passo para (re)construir a história, que, no caso da educação popular e da EJA, nem sempre fizeram parte dos registros da história da educação brasileira.

Estes escritos trazem especificamente um recorte da citada dissertação, que destaca os impactos/contribuições do Programa de Alfabetização Funcional (PAF), implementado em 1970, pelo MOBRAL, após mais de quatro décadas, na formação de

¹ O MOBRAL nasceu como Fundação amparada pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Era originalmente financiado por recursos provenientes da Loteria Esportiva e da indicação de até 2% do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas. Em momento posterior, seus recursos limitaram-se ao Imposto de Renda, nas mesmas regras anteriores. Em 1985, quando a chamada transição democrática se iniciava, por eleição indireta, o retorno à democracia, a instituição MOBRAL foi extinta, dando origem à Fundação Educar, que teve objetivos e finalidades redimensionados, estrutura e vinculação com o MEC, definição de propósitos e *modus operandi*, e passou a atuar em apoio e no fomento a ações diretas executadas por municípios e Estados.

² O PAF era um programa que, assumindo desde a nomeação — *funcional* — a concepção de um modo de alfabetização, tinha a finalidade de utilizá-la para aplicação imediata no cotidiano, o que deveria ser feito, em prazos curtos, revertendo rapidamente a condição da mão de obra trabalhadora até então analfabeta, agora requerida como, minimamente, alfabetizada.

³ A SECAD passou a incluir, no mandato da presidente Dilma Rousseff, a dimensão da inclusão, ganhando a letra I como sua indicadora, e passando a constituir a SECADI.



sujeitos sertanejos. Considerando a ausência de memória escrita sobre o Movimento no Sertão alagoano, foi necessário recorrer à tessitura das narrativas memorialísticas para a composição de histórias sobre a atuação do referido MOBRAL, na comunidade sertaneja. Ancoramo-nos na abordagem qualitativa da história oral, tendo como base Alberti (2008), Pollak (1989) e Portelli (1997; 2010).

Os escritos de Alberti (2008, p. 155) são enfáticos, ao demonstrarem que “A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ (grifo da autora) e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. Seguindo estes postulados teóricos, acreditamos, assim, estar evitando, pelo menos em parte, que as memórias dos sertanejos não sejam esquecidas, bem como as recorrentes definições generalizantes comumente atribuídas ao MOBRAL.

Ao reconhecermos o valor da história oral, enquanto metodologia de pesquisa, destacamos, também, os estudos de Pollack (1989), ao enfatizar as memórias subterrâneas, que, de forma subversiva, afloram no silêncio e no esquecimento das culturas minoritárias: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ [...]” (1989, p. 4).

Entendemos que o pesquisador precisa estar consciente do seu papel enquanto sujeito da pesquisa, e do valor imensurável das fontes orais para a reinterpretação dos fatos históricos. A partir dessa reflexão, é adequado destacar que, por meio da coleta e análise de dados, o pesquisador também dá sua contribuição à história, pois, como alerta Portelli (1997, p.36), “O resultado final da entrevista é um produto de ambos, narrador e pesquisador”. A história oral possibilitou-nos o enriquecimento de uma (re)construção do passado, uma vez que vozes silenciadas tiveram seu espaço, permitindo aos pesquisadores a faculdade de “intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2012).

Olhar para a história, a partir dos ordinários e rejeitados, segundo Certeau (2011a; 2011b; 2012) e Benjamim (2012), respectivamente, tornou-se um posicionamento assumido por nós, na construção deste estudo, dando ênfase à (re)construção da história, por meio de vozes adormecidas. Neste sentido, consideramos



os escritos de Benjamin (2012), relacionados ao conceito de história, para quem a história “integral” não é aquela narrada “[...] do ponto de vista dos vencedores [...]” (LÖWY, 2005, p. 54). Assim, o processo de rememoração “integral” demanda imparcialidade, por parte de quem escreve, “uma história que não exclui detalhe algum, acontecimento algum, mesmo que seja insignificante, e para a qual nada está perdido” (BENJAMIN, 2012, p. 54).

A singularidade das entrevistas⁴ permitiu-nos escutar as vozes dos sujeitos sertanejos que até então não haviam tido a oportunidade de narrar suas experiências, especialmente porque não eram vistos como “sujeitos falantes”. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Certeau (2011a, p. 222), ao considerar que “A linguagem oral espera para falar, que uma escrita a percorra e saiba o que ela diz”. Neste texto, privilegiamos as narrativas memorialísticas de dez sujeitos sertanejos, partícipes das ações do PAF/MOBRAL, no município de Santana do Ipanema, Sertão alagoano, que, de forma surpreendente, aprovaram as ações de alfabetização de um Movimento criado pela Ditadura Militar,⁵ no período de 1970-1985, o que nos remete à necessidade de olharmos a história, para além das generalizações.

Este texto compõe-se de duas partes. Na primeira, destacamos as peculiaridades do Sertão santanense, no contexto histórico em estudo. Na segunda parte, ocupamo-nos em apresentar os sertanejos partícipes da pesquisa, destacando suas trajetórias e experiências, que, por nós interpretadas, compõem novas histórias que enfatizam os significados do MOBRAL, a partir dos depoimentos evocados pela memória, especificamente do PAF/MOBRAL, no Sertão alagoano.

2 O SERTÃO SANTANENSE

⁴ Para Portelli (2010, p. 213), “[...] a entrevista é uma experiência de aprendizado: o pesquisador pode ter uma série de títulos acadêmicos e o narrador pode ser analfabeto, mas é este quem possui o conhecimento que buscamos”.

⁵ O projeto da ditadura militar passava pelo alargamento do avanço capitalista na constituição do país pela industrialização e, por isso mesmo, necessitava de mão de obra qualificada — o que incluía maior escolarização e redução do analfabetismo entre a mão de obra industrial — para que atraísse multinacionais e desse conta de “retirar o Brasil do atraso histórico” a que estava submetido. Esse projeto passava pela melhoria dos níveis de escolarização de jovens e adultos, historicamente interditados do direito à educação, no país. O caminho primeiro, inegavelmente, era o de aprender a ler e escrever para que, deixando de serem analfabetos, homens e mulheres pudessem atender aos requisitos do capital e da mão de obra trabalhadora. A alfabetização apresentava-se como possibilidade rápida e de curta duração, porque a ditadura tinha pressa de executar seu projeto de “Brasil grande”.



Santana do Ipanema cravada na região do Sertão alagoano iniciou seu desenvolvimento de forma eminentemente rural, com a denominação de Ribeiro do Panema. Em 1771, passa a ser chamada de Santa Ana da Ribeira do Panema, devido à construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora Santana.⁶ Em 1875, o povoado passou a ser vila e sede do município,⁷ conquistando a sua emancipação político-administrativa.⁸ Somente em 1921, a vila é elevada à categoria de cidade,⁹ com a denominação de Santana do Ipanema. Para os autores (MELO, F.; MELO, D., 1976), esse reconhecimento poderia ter sido considerado desde 1875, uma vez que a vila já tinha um funcionamento equivalente ao de cidade.

Nesse caminhar histórico acerca do desenvolvimento do município, Melo, F. e Melo, D. (1976, p.63) destacam que o crescimento populacional do referido município esteve muito relacionado ao cangaço¹⁰ existente na região. Uma vez que as famílias residentes à época na zona rural, diante dos constantes ataques de Lampião,¹¹ resolveram migrar “para Santana do Ipanema, onde não havia moradias suficientes para abrigá-las, escolas para seus filhos, além de outros recursos indispensáveis”.

O desenvolvimento educacional do município, na década de 1950, passou a ter uma importância maior, a partir da gestão do então prefeito eleito¹² Adeildo Nepomuceno Marques. Seguindo-se o Dr. Hélio Cabral de Vasconcelos, prefeito no período de 1956 a 1960, que adotou medidas, no campo educacional, consideradas avançadas para a época, tais como:

Promoveu o Curso de Férias para professores municipais, sob orientação pedagógica dos mestres vindos da capital do estado, especialmente convidados para isso. [...] elevou o número de Escolas Municipais e ampliou as salas existentes, fornecendo material adequado ao seu funcionamento. [...]

⁶ Pela Lei nº 09, de 24 de fevereiro de 1836, foi criada a Freguesia de Santana da Ribeira do Panema, tendo o Padre Francisco Correia de Albuquerque sido nomeado seu primeiro pároco (MELO, F.; MELO, D., 1976, p. 24-25).

⁷ Resolução nº 681, de 24 de Abril de 1875.

⁸ Resolução nº 681, de 24 de Abril de 1875.

⁹ Lei nº 893, de 31 de maio de 1921.

¹⁰ Caracterizado como uma luta revolucionária contra os desmandos das oligarquias, em que os homens do grupo vagavam pelas cidades em busca de justiça e vingança pela falta de emprego, alimento e cidadania, causas do desordenamento da rotina dos camponeses. O termo cangaço vem da palavra canga – peça de madeira usada para prender junta de bois a carro de boi ouarado.

¹¹ Virgulino Ferreira da Silva (Lampião), considerado o cangaceiro líder, abraçou o cangaço devido a uma injustiça política, para fazer justiça com as próprias mãos, juntamente com um grupo de injustiçados. Lampião e seu bando atacavam as populações rurais a qualquer hora do dia ou da noite. “A população rural vivia um dilema terrível: se denunciava Lampião, era esfolada por ele na próxima investida; se não o fazia, sofria os maus tratos” (MELO F., MELO, D., 1976, p. 63).

¹² A posse do prefeito deu-se em 08 de fevereiro de 1951.



Criou a Biblioteca Municipal, legando-lhe fabuloso acervo de obras importantes. (MELO F.; MELO D., 1976, p. 67-68)

Estas ações desenvolvidas pelo gestor municipal foram consideradas importantes. No campo educacional do município de Santana do Ipanema, sobretudo por oportunizarem o acesso das camadas populares ao ensino público, por meio da ampliação do número de escolas da rede municipal. Essas ações foram se ampliando, na sequência de prefeitos eleitos.¹³

3 TECENDO MEMÓRIAS: OS SERTANEJOS PARTICÍPES DA PESQUISA

Nesta parte, ocupamo-nos em apresentar os interlocutores¹⁴ da pesquisa, destacando pontos em comum de histórias que se encontram, enfatizando de forma breve algumas das peculiaridades que o interlocutor narra sobre sua trajetória de vida e o envolvimento com o MOBRAL. Entendemos, como Certeau (2011b, p. 202), que “[...] não existe, aliás, voz ‘pura’ (o grifo do autor), porque ela é sempre determinada por um sistema (familiar, social etc.)”. Devido aos poucos elementos que possam descrever a história de vida dos nossos depoentes, nos detivemos na apresentação da participação de cada uma nas ações do PAF/MOBRAL.

Em nosso processo de incursão no campo de investigação, a entrevista que se configurou como porta de entrada acerca da atuação do MOBRAL no Sertão alagoano, mais de quatro décadas depois, foi o longo depoimento dado por uma ex-supervisora de área.¹⁵ Ela apresentou em suas falas um forte domínio acerca das ações desenvolvidas pelo MOBRAL, no município em estudo, bem como em outros municípios do Sertão alagoano.

Após a entrevista, realizada em sua residência, a informante fez indicações preciosas de pessoas que contribuíram nesse processo de (re)construção da história do

¹³ O início da década de 1960 foi marcado pela atuação do prefeito Ulisses Silva, que dentre outras obras contribuiu com o desenvolvimento educacional do município com a construção de: “Três escolas municipais em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, em Olho D’Água do Amaro, Areias e Queimadas” [zona rural do Município] (MELO F.; MELO, D., 1976, p. 70).

¹⁴ No intuito de preservarmos o anonimato dos sujeitos envolvidos na investigação, utilizamos nomes fictícios para os ex-alunos e codificamos os ex-alfabetizadores como: ex-alfabetizadora-A, ex-alfabetizadora-B e ex-alfabetizador-C.

¹⁵ Corrêa (1979, p. 375), ao apresentar as características e atribuições dos supervisores de área, esclarece que estes eram parte do “Subsistema de supervisão Global do MOBRAL, órgão de extrema importância pelo caráter de polivalência de suas funções”. O supervisor de área atuava em quatro ou cinco municípios, e se deslocava para outras cidades, para acompanhamento e promoção de formação aos alfabetizadores.



Movimento, pois, se utilizando de suas memórias, deram significativos depoimentos para o processo de elaboração da história. Privilegiamos, nesta seção, além das narrativas da ex-supervisora, as histórias de três ex-alfabetizadores, cinco ex-alfabetizandos e uma ex-voluntária, histórias que se entrelaçam no contexto histórico em estudo e delimitam os lugares de onde emanam essas narrativas, pois, “[...] em história, todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos e culturais etc.”(CERTEAU, 2011a, p. 46).

Em seus primeiros relatos, a ex-supervisora contou sobre a organização do Movimento no município *lócus* da pesquisa, bem como nos municípios vizinhos; retratou as atribuições dos supervisores de área e como ingressou no Movimento, na década de 1970: “Eu era do Departamento Municipal de Educação, que hoje é Secretaria Municipal de Educação, então fui designada, através de uma portaria, para ser dentro do Departamento Municipal agente mobilizador da comissão municipal. ” (EX-SUPERVISORA DE ÁREA).

Comprendemos, por meio deste relato, que a primeira interlocutora, antes de iniciar sua atuação como supervisora de área, foi agente de mobilização, responsável por chamar a população para o acesso ao processo de alfabetização, sendo, portanto, membro da Comissão Municipal do MOBREAL. Complementa sobre o que fazia como supervisora de área: “Geralmente quando havia esses **treinamentos** (grifo nosso), para capacitar o alfabetizador, a gente se deslocava. Se o treinamento era em Santana do Ipanema aí vinha à região: tanto à região Sertaneja, como à região da Mata, qualquer uma região; de qualquer cidade [...]” (EX-SUPERVISORA DE ÁREA). Tratava-se de um trabalho pelo qual se buscava contribuir para a formação dos alfabetizadores, que atuavam ou iriam atuar nas turmas de alfabetização do MOBREAL.

Na categoria de alfabetizador, entrevistamos três sujeitos, sendo duas mulheres e um homem. Esses entrevistados, residentes na zona urbana, apesar de inseridos em um contexto histórico e social bastante similar, apresentaram em seus relatos particularidades que merecem ser destacadas.

A primeira entrevistada, doravante denominada ex-alfabetizadora – A, foi uma professora da rede municipal que, em 1970, já exercia a profissão no ensino dito



regular, na zona urbana do município. Atualmente, está aposentada, mas que, por meio de um contrato, permanece lecionando. Assumiu classes do MOBRAL, em 1971, e somente na década de 1990 concluiu o curso de Pedagogia. Ser professora de crianças e também de adultos foi um fato comum na existência do MOBRAL.

Ao descrever suas lembranças em relação ao MOBRAL, a ex-alfabetizadora, relatou: “Nós tínhamos palestras [...] os educadores que ensinavam no MOBRAL, eles eram treinados no começo com aquele material, mas pelo que eu percebia era muito pouco para o que a gente precisava, principalmente para quem vivia na zona rural” (EX-ALFABETIZADORA – A). A entrevistada reconheceu que os treinamentos oferecidos pelo MOBRAL não eram suficientes para o melhoramento das práticas de muitos alfabetizadores, que apresentavam um baixo grau de escolarização.

O relato da segunda alfabetizadora, denominada de ex-alfabetizadora – B, confirmou a existência de formação precária, considerando que nem todos estavam inseridos no magistério. Ela diz: “[...] eu trabalhava de serviços gerais na escola durante o dia e, à noite, eu era professora do MOBRAL [...]. Mas na época do MOBRAL eu só tinha o quarto ano; de papel na mão, somente o quarto ano”.

A terceira pessoa entrevistada deste segmento foi o ex-alfabetizador – C, pertencente ao gênero masculino. Ele contou-nos que se alfabetizou pelo MOBRAL e, por apresentar um desempenho satisfatório, foi convidado para trabalhar:

Eu saí do MOBRAL alfabetizado, foi tão de uma maneira que eu não parei, fiz o teste do MOBRAL e fui ensinar com aquilo que eu aprendi, que peguei como conhecimento. O teste era uma prova, aí você tinha que saber a matemática, um pouco de português; eu não era muito mal em matemática, aí consegui passar na prova do MOBRAL. (EX-ALFABETIZADOR – C)

O entrevistado dá destaque também às difíceis condições financeiras, sobretudo das pessoas que moravam na zona rural, e enfatiza a relevância do valor que era pago pelo MOBRAL, na complementação da renda dos alfabetizadores: “Aí, o que eu ganhava no MOBRAL já começou a ajudar, ganhava setenta contos na época, era pouquinho, mas a gente ficava tão alegre! Porque trabalhava de roça e à noite ia trabalhar na escola” (EX-ALFABETIZADOR – C).



Ficou evidenciado que não havia exigência de escolaridade para o sujeito tornar-se um alfabetizador do MOBRAL. Dos entrevistados, uma tinha o curso Normal, a outra até a quarta série do ensino primário e o outro era um ex-alfabetizando. Fica demonstrado, não só a escassez de pessoas com formação para atuação no magistério, mas mostra, também, o apadrinhamento político, inserido no processo seletivo de pessoas para atuarem como alfabetizadores, cujos critérios fundamentais de rudimentos da leitura e da escrita não eram, pelo menos, considerados. Paiva (2003, p. 367) apresenta, por meio de pesquisas realizadas no Nordeste, na década de 1970, a situação do quadro de alfabetizadores do referido Movimento:

O corpo docente do MOBRAL, de acordo com as pesquisas consultadas, compõe-se de elementos com escassa preparação escolar: na região Nordeste, 23,4% dos alfabetizadores entrevistados tinham terminado a 1ª, 2ª e 3ª séries, 42,3% haviam terminado a 4ª série e 21,9% chegaram a iniciar outras séries do primeiro grau.

Os dados revelam que a incipiência da formação dos alfabetizadores foi um dos pontos que inviabilizou o desenvolvimento de práticas educativas pautadas na promoção dos alfabetizandos, bem como no senso crítico daqueles sujeitos. Paiva (2003, p. 366), em seus estudos sobre o rendimento do MOBRAL, sobretudo na região Nordeste, ainda destaca que: “A ‘produtividade’ do trabalho do alfabetizador do MOBRAL era muito baixa: não atingiria 40%, calculados não sobre os ‘alunos conveniados’, mas sobre os alunos que sobreviveram até o quinto mês do curso de alfabetização”.

Mesmo reconhecendo os impasses impostos pelo contexto histórico, as falas dos ex-alfabetizadores apontaram para a existência de impactos/contribuições positivas das ações alfabetizadoras do MOBRAL para os sujeitos sertanejos. Isso porque, Silva (2013), em pesquisa de mestrado, revelou a existência de ressignificação de práticas de alfabetização, por parte dos sujeitos alfabetizados, que, de forma estratégica, forjaram novos significados para aquele modelo de alfabetização oferecido como a única oportunidade de aquisição de novos saberes.

Certeau (2011b, p. 87) enfatiza que fenômenos como este são marcados pelo uso de estratégias e táticas, especialmente esta segunda, em espaços cotidianos, uma vez que: “Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura



pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação, ele tira daí efeitos imprevistos” (grifo nosso). A trajetória de muitos desses alfabetizados revela a imprevisibilidade desses efeitos, como os variados depoimentos puderam constatar.

Nesse processo de incursão no campo de investigação, tivemos a oportunidade de entrevistar cinco ex-alunos: duas mulheres e três homens. Sendo que todos, ao ingressarem no MOBRAL, residiam na zona rural e eram jovens.¹⁶ Nossa primeira entrevista, nesta categoria, foi com uma senhora de 62 anos, que apresentamos com o nome fictício de Josefa. Criada na zona rural, Dona Josefa e seus quatro irmãos não tiveram a oportunidade de estudar durante a infância, pois, segundo a depoente, seu pai não permitia que os filhos frequentassem uma pequena escola, situada próximo à comunidade onde moravam:

Papai toda vida foi uma pessoa carrasca, ele nunca deixou nós estudar. Desde criança, com nove anos de idade eu comecei a trabalhar na roça. Eletirou nós da escola porque, no Dia das Mães, teve uma festinha, aí quando ele chegou lá, que viu a sanfona tocando aí ele disse: –‘É assim, pois não vai ficar ninguém’. Carregou nós tudinho para casa. Pronto, desse dia pra cá ninguém foi mais pro colégio, que ele não deixou. Mas menino, mas naquele dia eu chorei, viu! (JOSEFA, 62 ANOS)

A interlocutora contou que, depois deste fato lamentável, a única oportunidade de estudar que lhe apareceu veio com o MOBRAL, quando já havia casado e passou a morar na cidade, e acrescentou com tristeza que seus quatro irmãos, que continuaram morando no campo, não conseguiram se alfabetizar. Em 2012, encontra-se cursando a graduação em Pedagogia. Dona Josefa contou com orgulho a satisfação de ter dado continuidade aos estudos, apesar dos inúmeros sacrifícios enfrentados.

Só que eu não fui direto, eu sempre parei, nem todo ano eu ia direto, durante esses períodos eu parei um bocado. Eu fiz o MOBRAL, depois fiz a fase integrada [...] Era tudo integrado, aí depois eu fui fazer a quinta série e aí fui estudar na escola regular, junto com os adolescentes e os jovens, e hoje, graças a Deus, estou na faculdade. (JOSEFA, 62 anos)

Nosso segundo entrevistado nesta categoria foi o senhor Juvenal, de 63 anos. Filho de agricultor, também teve sua infância marcada pelo trabalho árduo, sem a oportunidade de frequentar a escola. Ele contou que sua mãe ficou viúva, com dez filhos para criar, e todos tiveram que trabalhar para ajudar no sustento da família. Com o

¹⁶ Para Ribeiro et al,(1992), a demanda do MOBRAL não era majoritariamente de adultos que não tiveram acesso à escola ou passaram muitos anos dela afastados.



surgimento do MOBREAL, Juvenal iniciou seu processo de alfabetização, porém não conseguiu dar continuidade aos estudos, por conta do cansaço físico, devido à longa jornada de trabalho, enfrentada no dia a dia. Assim nos disse:

Olhe como era a vida; a gente trabalhava o dia todo e à noite ia pra escola. No dia que você tava trabalhando no alugado,¹⁷ aí não ia pra escola, só ia pra escola no dia que trabalhava até meio dia. E nós tinha que trabalhar, porque mamãe era viúva, né? E ela ficou com dez filhos, aí nós era quem trabalhava no alugado pra se sustentar. (JUVENAL, 63 anos)

Nota-se que a resistência do sertanejo também tem seus limites, pois a jornada de trabalho esgotava fisicamente os sujeitos, impossibilitando-os de frequentar a escola, no período noturno. Segundo o entrevistado, todos os alunos da sua turma eram trabalhadores rurais e, por isso, muitos desistiram. Mas, acrescenta o depoente: “Tinha aqueles mais teimosos”, referindo-se aos colegas que resistiram ao cansaço e conseguiram concluir o período de alfabetização, dando continuidade aos estudos, através do Programa de Educação Integrada (PEI),¹⁸ como é o caso que se segue.

O terceiro entrevistado também teve uma infância muito difícil, trabalhou na agricultura, nos sítios e fazendas próximos à sua comunidade. Contou: “[...] na época eu não tive o meu pai, meu pai faleceu muito novo, e eu não tive, assim, a oportunidade de estudo, por conta da pobreza da época” (FERNANDO, 69 anos). Movido por uma enorme força de vontade, Fernando foi um dos ex-alunos que conseguiu dar continuidade aos estudos. Tornou-se professor da Educação Básica e aposentou-se nesta profissão.

Na quarta entrevista, deparamo-nos com a Senhora Francisca, de 75 anos. Criada no campo, a exemplo dos demais interlocutores até então apresentados, a depoente conta que, enquanto morava com seus pais na zona rural, tinha uma vida confortável, porém seu pai não permitia que ela aprendesse a ler. A depoente afirmou que:

Eu não tinha estudo, porque eu nasci e me criei em uma lei muito rígida [...] Era muito rígida! E eu tinha vontade de aprender ao menos assinar o nome! Aí ele [o pai] dizia: ‘Pra que moça estudar! [...] pra ficar escrevendo carta para [...] Bilhetinho pros namorados [...]’. (FRANCISCA, 75 anos)

¹⁷ Ao utilizar o termo *trabalhar no alugado*, o depoente destaca a condição de muitos sertanejos que, por não terem posses das terras, trabalhavam no roçado dos grandes proprietários e recebiam valores ínfimos por cada diária de trabalho.

¹⁸ O PEI tinha a duração de 12 meses, o que permitia aos seus alunos a conclusão do que denominamos atualmente na EJA de I Segmento. Constituíam-se na continuidade dos estudos.



A entrevistada ainda relatou que, quando passou a morar na cidade, surgiu a oportunidade de estudar, uma vez que, no ano de 1971, um grupo de pessoas passou nas casas convidando as pessoas idosas que tinham vontade de estudar para se matricularem no MOBRAL: “Aí, quando eu cheguei aqui em Santana, aí tive a oportunidade de estudar, as moças andavam procurando pessoas assim, que não tinha estudo e que quisesse estudar pelo MOBRAL, e perguntaram se eu me interessava. Aí eu disse me interesse, sim!” (FRANCISCA, 75 anos). Francisca conseguiu concluir o período de alfabetização do MOBRAL, porém, por enfrentar dificuldades financeiras, teve que trabalhar para pagar aluguel e sustentar sozinha sua família, ela não conseguiu dar continuidade aos estudos.

A quinta e última entrevista nesta categoria foi concedida por um ex-aluno, ao qual demos o nome fictício de Marcelo. Filho de agricultor, a exemplo dos demais entrevistados, nosso interlocutor também passou por dificuldades, durante a infância e adolescência. Ele disse que se alfabetizou pelo MOBRAL, na comunidade onde morava à época, e que:

A turma era de adultos, mas tinha os mais jovens, era uma turma de excluídos, naquela época, não se usava esse termo, mas era como se diz hoje, uma turma de excluídos, e eu era um dos mais jovens e tal [...] Apesar de assim ter muito traquejo [...] também eu era um dos mais jovens da época [...] Era uma sala multisseriada, né? Adultos, jovens [...], mas todo mundo assim analfabeto, né? (MARCELO, 54 anos)

O entrevistado afirmou que iniciou o processo de alfabetização aos 16 anos, na comunidade rural onde morava, no ano de 1973. E, no ano seguinte, mudou-se para Belo Horizonte – MG, onde foi morar com familiares que priorizavam muito os estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



As vozes dos sertanejos trouxeram novas reflexões sobre o MOBRAL, permitindo-nos a composição de novas histórias, sobretudo em relação ao lugar, o Sertão alagoano, de onde falaram esses sujeitos. Isso nos fez compreender e, sobretudo perceber as ressignificações que podem ser construídas nas práticas desenvolvidas em um Movimento com a dimensão que teve o MOBRAL.

No que se refere ao significado das ações alfabetizadoras do MOBRAL, na perspectiva dos ex-alunos, a pesquisa evidenciou a forte aprovação do Movimento, uma vez que este se apresentava como a primeira oportunidade de acesso ao ensino para os sujeitos sertanejos entrevistados, que à época residiam na zona rural do município em estudo, fato que dificultava ainda mais a apropriação de ações governamentais, de maior concentração na cidade sede do município.

Por motivos como estes, todos os sujeitos entrevistados, sejam eles ex-alunos, ex-alfabetizadores e até mesmo a ex-supervisora, avaliaram de maneira positiva a atuação do Movimento no município de Santana do Ipanema e destacaram, com saudosismo, as contribuições advindas das ações de alfabetização e outras, que foram implementadas pelo MOBRAL, no sertão alagoano nas décadas de 1970 e 1980.

As possibilidades concretas de prosseguimento dos estudos aos recém-alfabetizados, promovidas pelo Movimento, a investigação apontou limitações. Entre elas, destacou-se a centralização do Programa de Educação Integrada (PEI), no município sede, o que inviabilizou a frequência da maioria dos alunos e alunas que moravam nas comunidades mais afastadas do perímetro urbano. Percebemos que a oportunidade de continuidade dos estudos foi possível somente para aqueles alfabetizando que, por meio de um grande esforço diário, puderam deslocar-se do seu *habitat* para frequentarem as aulas, no período noturno, após uma cansativa jornada de trabalho braçal.

É importante destacar que, mesmo aqueles ex-alunos que nem tentaram a continuidade dos estudos, bem como outros que lutaram, exaustivamente, para permanecer estudando e desistiram, reconhecem o Movimento como algo singular em suas vidas, e se culpabilizaram por não dar continuidade aos estudos. Assim, afirmaram que o pouco que sabem é fruto da alfabetização do MOBRAL, que os ajudou a ler e a



escrever as primeiras letras. Não fizeram referências a outras interações que tiveram. Isso nos leva a dizer sobre o MOBRAL, no sertão alagoano, que muitas reflexões ainda permanecem em aberto, configurando-se como um campo fértil, em Alagoas, como já evidenciamos, devido à ausência de memória escrita. Esse despertar gera possibilidade de continuidade deste estudo e, também, para outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.p. 155-202
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da escrita*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v.1).
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011a.
- _____. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS/ MOBRAL, 1979.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MELO, Floro de Araújo; MELO, Darci de Araújo. *Santana do Ipanema conta a sua história*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.
- PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- _____. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RIBEIRO, Vera Maria Masagão et al. *Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos*. Campinas, SP: CEDI, 1992.



ALFAEJA
III Encontro Internacional de Alfabetização
e Educação de Jovens e Adultos

SILVA, Jailson Costa da. *O MOBREAL no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas*. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.